

OPOSIÇÃO E NOMEAÇÃO À AUTORIA (*)

Athos Gusmão Carneiro (*)

SUMÁRIO: I – Classificação das formas de intervenção. 1.1. Intervenção espontânea e intervenção provocada; 1.2. Intervenção por ‘inserção’ e por ‘ação’; 1.3. Posicionamentos processuais do terceiro. II – Da Oposição. 2.1. Noções gerais; 2.2. Procedimento na ação de oposição; 2.3. Casos de oposição como processo autônomo; 2.4. Situações particulares na oposição; 2.5. Natureza da ação de oposição. III – Nomeação à autoria. 3.1. Noções gerais; 3.2. Rito e regra da dupla concordância’

II. DA OPOSIÇÃO

2.1 – Noções gerais

Vamos supor que A e B litigam em juízo, e o bem da vida, objeto do pedido, seja uma ‘coisa’ (v.g., ação reivindicatória, ação de reintegração de posse) ou um ‘direito obrigacional’ (v.g., um invocado crédito de A contra B). Pode ocorrer que um terceiro, C, considere que o verdadeiro titular do domínio, da posse, do crédito, etc., seja ele C, e não A e nem B.

Sabemos que a sentença a ser proferida na ação entre A e B somente fará coisa julgada **entre as partes** (CPC, art. 472); portanto, não prejudicará os eventuais direito de terceiro. Este pode, em princípio, aguardar a prolação da sentença, e resguardar-se para agir mais tarde em defesa de seus interesses. Todavia, de fato (por um motivo econômico, digamos), pode convir ao terceiro uma imediata afirmativa de suas pretensões sobre a coisa ou o direito controvertidos entre autor e réu; e também pode lhe ser conveniente, **de jure**, agir sem mais delongas, para interromper, por exemplo, o prazo de prescrição de seu alegado direito (CPC, art. 219, *caput*).

Ao terceiro, então é facultada (intervenção espontânea) a propositura da **ação de oposição** (também denominada “intervenção principal”), que é, como já exposto, uma das formas de intervenção de terceiro no processo pendente. É instituto de origem germânica, ligada ao princípio da **universalidade do juízo** (ARRUDA ALVIM, “Cód. de Proc. Civil Comentado”, RT, v. III, ed. 1975, pág. 168).

(*) Conferência na OAB/DF (Resumo)

(**) Desembargador do TJRS. Prof. da Faculdade de Direito da UFRGS.

2.2 – Procedimento na ação de oposição

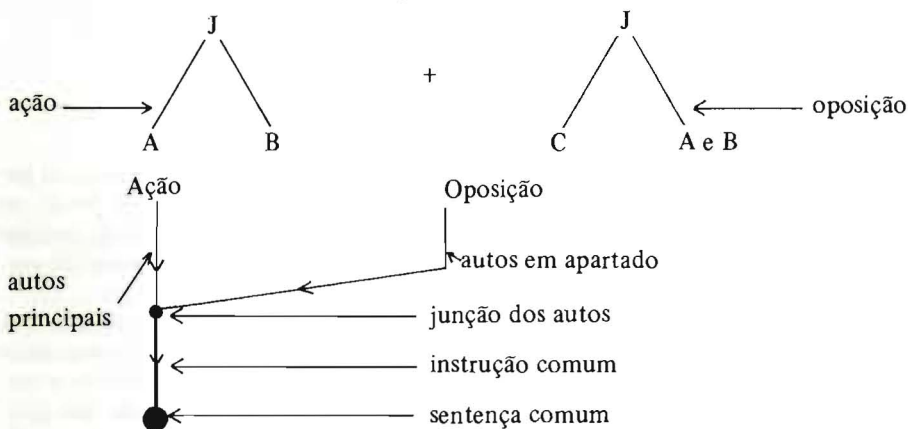
Na **ação de oposição** o terceiro, já agora **opoente**, é **autor**, e apresentará a petição inicial sob os requisitos previstos no art. 282, instruída com os documentos em que fundamenta sua pretensão (art. 283). A ação de oposição será distribuída, 'por dependência' (CPC, art.109), ao juízo da ação pendente, e apensada aos autos principais.

Na ação de oposição são réus, em litisconsórcio necessário, o autor e o réu da ação 'principal', como **opostos**.

O Código abre, aqui, uma exceção à regra de que a citação deve ser feita pessoalmente ao réu (ou a procurador do réu com poderes para receber citações – art. 38, art. 215), pois prevê a citação dos opostos “na pessoa de seus respectivos advogados” (art. 57), sendo, assim, irrelevante que a estes não tenham sido outorgados poderes especiais para receber citações iniciais. Mas se o réu for revel na ação principal, sua citação se processa pessoalmente (art. 57, § único).

Os opostos têm o prazo comum de 15 dias para contestar a oposição (art. 57). E após as atividades de saneamento, caso necessárias, o juiz determinará a **instrução conjunta** da ação principal e da ação de oposição, nos autos da ação principal, **SENDO AMBAS JULGADAS PELA MESMA SENTENÇA**.

Esquemas básicos



O magistrado, julgando em primeiro lugar a oposição, dirá se são procedentes, ou não, as pretensões do opoente sobre a coisa (ou o direito) objeto da demanda. Se procedente (totalmente) a oposição, se a coisa portanto cabe a C, e não a A e nem a B, então necessariamente apresenta-se improcedente a pretensão, exposta na ação principal, de A contra B. Teremos, destarte, oposição procedente e ação improcedente.

Mas quando improcedente a oposição, o juiz dirá, na ação principal, se a coisa ou o direito controvertido irá tocar ao autor ou ao réu, isto é, julgará procedente o pedido do autor, ou improcedente. É possível, outrossim, a procedência parcial da oposição e a procedência parcial da ação principal.

2.3 – Casos de oposição como processo autônomo

A exposição até agora feita partiu do pressuposto de que a oposição foi apresentada antes de iniciada a audiência na ação principal.

Se, no entanto, a oposição for oferecida após iniciada a audiência, A HIPÓTESE NÃO MAIS SE APRESENTARÁ, A RIGOR, COMO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO. Em tal caso, a oposição, embora distribuída por dependência (conexão pelo objeto do pedido, art. 103), será **processo autônomo**, sob “procedimento ordinário” (*rectius*, sob procedimento comum, tanto o ordinário como o sumariíssimo), sendo processada, instruída e julgada “sem prejuízo da causa principal” (CPC, art. 60).

O juiz poderá, no entanto, suspender até 90 dias o andamento do processo principal, na expectativa de que o processo da oposição alcance rapidamente uma fase procedimental que permita a reunião dos processos e o julgamento conjunto de ambas as ações. É medida de economia e simplificação processual. Mas se o processo de oposição tiver andamento retardado, o juiz deverá julgar a ação e, mais tarde, julgar a oposição, separadamente pois.

A ação de oposição somente poderá ser oferecida ATÉ SER PROFERIDA A SENTENÇA (juízo de 1º grau) no processo pendente (vide art. 456).

Se a sentença já foi proferida (e está, por exemplo, correndo o prazo para recurso, ou está pendente recurso em Superior Instância) não é mais cabível o ajuizamento da ação de oposição. A pessoa interessada no objeto da lide entre A e B deverá, simplesmente, ajuizar a demanda, que entender adequada, contra A, ou contra B, ou contra A e B. Mas já não será uma ação de oposição.

2.4 – Situações particulares na oposição

Vale ainda anotar que, pela regra do artigo 58 do CPC, “se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o opoente”.

Suponhamos ação reivindicatória de A contra B, em a qual C, afirmando-se legítimo titular do domínio, oferece oposição. A, o autor da reivindicatória, reconhece a procedência do pedido do opoente C; reconhece, pois, não ser ele A o titular do domínio. Tal reconhecimento implica na renúncia à pretensão exposta contra B. O juiz extinguirá a ação reivindicatória (art. 269, V), e prosseguirá apenas a ação de oposição, já agora autônoma, tendo C por autor e B por réu.

Vejamos a segunda hipótese. B, réu na reivindicatória, reconhece a procedência do pedido do opoente. A ação de oposição prosseguirá apenas contra A, e a ação reivindicatória de A contra B prosseguirá normalmente. (2)

(1) Afirmou HÉLIO TORNAGHI que a intervenção de terceiro “é sempre voluntária. Não há lei que permita, a ninguém, obrigar o terceiro a ingressar no processo” (“Coment. ao ed. RT, v. I, ed. 1.974, pág. 236).

A afirmativa deve ser entendida em termos. É verdadeira na ‘nomeação à autoria’, eis que o nomeado pode escusar-se de ingressar na relação jurídica processual. Já o denunciado à lide, e o chamado ao processo, uma vez citados, **estão** na relação jurídica processual; podem, apenas, como qualquer réu, deixar de contestar, mantendo-se revéis.

TORNAGHI, de outra parte, aponta a “total divergência” entre os autores na conceituação, na disciplina legal e na classificação dos casos de intervenção de terceiro.

(2) Vide, a respeito HÉLIO TORNAGHI, “Coment. ao CPC”, RT, v. I, ed. 1974, pág. 245; AGRÍCOLA BARBI, “Coment. ao CPC”, Forense, v. I, tomo II, nº 368, 369, 370.

Se ambos os postos, A e B, reconhecerem a procedência do pedido do oponente, o juiz extinguirá a ação de oposição com julgamento de mérito a favor do oponente (art. 269, II), e extinguirá a ação principal face à renúncia, por ambas as partes, de suas pretensões sobre a coisa ou o direito controvertido.

2.5 - Natureza da ação de oposição

Outro aspecto interessante a considerar é o da **natureza da ação de oposição**, proposta “ad excludendum jura utriusque competitorum”.

Na ação de oposição reúnem-se, substancialmente, duas ações do oponente C; uma ação contra A e outra ação contra B, visando, de regra, excluir as pretensões tanto de A como de B sobre o bem da vida litigioso. Geralmente (embora nem sempre) a oposição apresenta-se como ação declaratória face ao autor, e como ação condenatória face ao réu. Vejamos o exemplo da ação reivindicatória. A, que não está na posse da coisa e alega ser o verdadeiro dono, vem reivindicá-la de B, que está na posse. A oposição oferecida por C (o qual, por sua vez, quer a coisa para si) apresenta caráter declaratório contra A — visa obter a afirmativa de que **A não é o proprietário**; e pretende a **condenação de B** à entrega da coisa ao oponente.

A oposição somente é possível em processo de conhecimento, tanto de rito comum ordinário como de rito comum sumaríssimo, bem como nos procedimentos especiais que, contestados, adotam o rito ordinário.

É **incabível em processo de execução**. Se a execução é de sentença, cumpre notar ser inadmissível a intervenção do terceiro após proferida a sentença. Se for execução por título extrajudicial (obrigação de pagar, pois), a oposição é afastada inclusive pela absoluta incompatibilidade de procedimentos. (ARRUDA ALVIM, “Cód. de Processo Civil Comentado”, RT, v. III, pág. 110; **contra**, AGRÍCOLA BARBI, “Comentários ao CPC”, Fossense, v. I, tomo II, nº 356 e 357).

III. DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

3.1 — Noções Gerais

A nomeação à autoria (“*laudatio auctoris*” ou “*nominatio auctoris*”) objetiva a substituição do réu **parte ilegítima** para a causa, por um réu **parte legítima** para a causa. Em última análise, visa **corrigir a legitimação passiva**.

Normalmente, quando o réu se considera parte ilegítima para a causa (v.g., em ação de despejo o demandado entende não ser inquilino do autor; em ação de anulação de um contrato, nega ser um dos contratantes), arguirá a falta de legitimação como uma das prefaciais da contestação; e o juiz, se comprovada tal assertiva julgará o autor “carecedor de ação” contra o contestante (caso de extinção do processo sem julgamento de mérito, art. 267, VI). O autor ficará, então, na contingência de propor nova demanda contra quem juridicamente se encontre na posição de legitimado passivo.

Pelo instituto da nomeação à autoria, em determinados casos o réu é **obrigado** (“deverá”, diz o art. 62) a provocar, desde logo, sua “substituição”, o que representa evidente vantagem prática quer para o demandante, que irá litigar com o

“verdadeiro” réu, como para o demandado, a quem se faculta afastar-se do processo e dos ônus e incômodos que o mesmo acarreta.

Caso clássico de nomeação à autoria é aquele em que o réu se afirma simples **detentor da coisa** objeto do litígio.

O Código fala, com certa impropriedade de expressão, naquele “que detiver a coisa em nome alheio”. Entretanto, a mera detenção é ‘sempre’ em nome alheio; quem dispõe de uma coisa em nome próprio é **possuidor**, e não detentor. O detentor apresenta-se como mero instrumento da posse alheia, ‘longa manus’ do vero possuidor; é o empregado, o preposto, “aquela que, estando em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas” — Código Civil, art. 487.

Se alguém, apenas detentor de uma coisa (v.g., o assalariado encarregado da guarda de uma gleba rural), for citado em ação reivindicatória, ou de reintegração de posse, como se fora, ele réu, o possuidor do imóvel e não um simples detentor, **DEVERÁ** tal réu **NOMEAR À AUTORIA O PROPRIETÁRIO OU O POSSUIDOR** (CPC, art. 62).

A hipótese não é de ocorrência rara, pois para o autor vezes muitas apresenta-se difícil averiguar a que título uma pessoa dispõe da coisa objeto do pedido.

A nomeação à autoria também é prevista em **ações de indenização por danos causados à coisa**, sempre que o autor material dos prejuízos alegar que agiu por ordem ou em cumprimento de instruções de terceiro (art. 63). Assim, quem de boa-fé cortou árvores, ou abriu valo em terreno alheio, mas o fez como simples preposto ou empregado, nomeará à autoria seu mandante ou empregador.

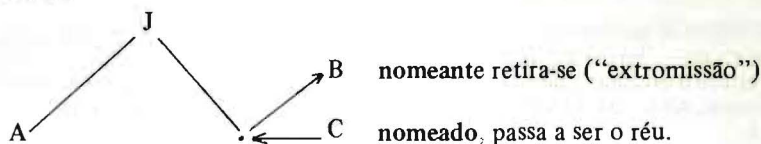
3.1 — Rito e regra da dupla concordância

A substituição do réu, como **nomeante**, pelo terceiro nomeado, pressupõe a **dupla concordância**, do autor e do nomeado.

O réu, citado, fará a nomeação no prazo para a defesa (em procedimento sumaríssimo, até o momento da defesa em audiência; no procedimento ordinário, nos 15 dias subseqüentes à citação).

O juiz, em deferindo o pedido, mandará ouvir o autor no prazo de cinco dias (art. 64). Se o autor não aceitar a nomeação (considerando, v.g., tratar-se de mero expediente protelatório), a nomeação fica sem efeito; **aceitando-a**, providenciará o autor na citação do nomeado (art. 65).

Citado, o nomeado poderá **negar a qualidade que lhe é atribuída**, ou seja, recusará substituir o nomeante (alegando, v.g., que não é proprietário nem possuidor da coisa demandada); neste caso, o processo prosseguirá contra o nomeante. Mas se o nomeado **reconhecer sua legitimação passiva** para a demanda, então a nomeação produzirá seus efeitos: o nomeante retira-se da relação processual (figura da ‘extromissão’) e o nomeado o substituirá no pólo passivo da relação processual.



É interessante observar que quando o autor recusar a nomeação, estará assumindo o risco de litigar contra um réu parte ilegítima, e de, portanto, ver proferida sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito, por carência de ação.

Se foi o terceiro, o nomeado, quem recusou a nomeação, ao autor, que a aceitara, fica a opção:

A) assumir o risco de continuar litigando com o nomeante, aparentemente parte ilegítima; ou B) desistir da ação contra o nomeante (vide art. 267, § 4º), a fim de propor nova demanda, já agora diretamente contra a pessoa indigitada pelo nomeante. (3)

A nomeação presume-se aceita pelo autor (aceitação tácita) quando este nada objeta no quinquídio (art. 68, I); presume-se aceita pelo nomeado quando este, citado, “não comparecer” (*rectius*, “não contestar”, tornando-se assim revel), ou quando contestar sem negar a qualidade que lhe foi atribuída (art. 68, II).

Como a nomeação à autoria não é apenas uma faculdade do réu, nos casos previstos em lei, mas um dever, responderá o réu por perdas e danos se deixar de efetuar a nomeação, ou se nomear pessoa diversa daquela em cujo nome detém a coisa demandada (art. 69). Tais perdas e danos serão postulados em ação indenizatória autônoma, promovida pelo prejudicado, geralmente o autor (em cujo favor foi instituído a nomeação à autoria), mas também quiçá a pessoa que deveria ter sido nomeada, pois esta pessoa de fato estará sujeita a sofrer prejuízos em decorrência da eventual procedência da ação em que a nomeação foi omitida ou foi feita incorretamente.

(3) Vide AGRÍCOLA BARBI, “Coment. ao CPC”, Forense, v. I, tomo 2, nº 392, preconizando, para o caso de recusa por parte do nomeado, fique este sujeito à eficácia da coisa julgada e sujeito à execução; **contra**, isentando o nomeado recusante dos efeitos da coisa julgada material, ARRUDA ALVIM, “Cód. de Processo Civil Comentado”, RT, v. III, pág. 219.